



# Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 206ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1977.

### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jurandir Messias e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Wilson Fortes, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Nelson Buffara.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, na tribuna de honra deste Plenário, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Assis Chateaubriand e do Sr. José Fernandes, DD. Prefeito Municipal de Bandeirantes. Da mesma forma que registra, com satisfação, a presença do eminente Deputado Federal Norton Macedo, da bancada da Aliança Renovadora Nacional.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 305/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Mensagem número 97/77, ex-Proposição número 480/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Tomé, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ, CF e COPTC., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 24, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 110/77.

Levanta-se a sessão.

## ATA DAS COMISSÕES:

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Augusto Carneiro. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Antônio Del Ciel apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI número 138/76, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul, com sede e o foro na cidade do mesmo nome. PROJETO DE LEI número 139/76, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da cidade de Marechal Cândido Rondon. PROJETO DE LEI número 151/76, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Clube da Amizade, com sede na cidade de Maringá. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CAREIRO — Presidente

Lélío G. Sotto-Maior — Secretário

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Augusto Carneiro. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Luiz Alberto de Oliveira, apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI número 129/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Victorino Monteiro James. PROJETO DE LEI número 01/77, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que denomina João Leopoldo Jacomel, a Rodovia PR-415, que liga Curitiba a Piraquara. PROJETO DE LEI número 08/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que denomina Ponte Aparecido Bezerra Guedes, a ponte sobre o Rio Ivaí, na localidade de Porto São João, na estrada que liga os Municípios de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí. PROJETO DE LEI número 10/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública o Lar dos Velhinhos de Ubiratã, da cidade do mesmo nome. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Lélío G. Sotto-Maior — Secretário

**3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 207.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1977**  
**(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Jurandir Messias.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Feddermann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (53), achando-se ausente o Senhor Deputado Nelson Buffara.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOAQUIM CARDOSO DA SILVA, ex-Prefeito e ex-Deputado Estadual pelo extinto PSD. Tronco de numerosa e tradicional família platinense, o extinto residia em Santo Antônio da Platina desde 1925, época em que também ingressou na política.

Em 1926, os políticos platinenses elegeram-no para cumprir o restante do mandato do então prefeito Altamiro da Costa Negrão, falecido naquele ano. Devido à sua brilhante atuação em frente à Prefeitura, em 1928, era reeleito Prefeito, desta vez por um mandato de quatro anos.

Realizou, não obstante as dificuldades da época, diversas obras de relevo, destacando-se as seguintes: ajardinamento da Praça Independência, atual Praça Frei Crostóvão Capinzal; criação do Termo, em 1928; instalação da Comarca a 24 de maio de 1929; construção do antigo prédio da Prefeitura Municipal; construção do Grupo Escolar Dr. Ubaldino do Amaral, na Rua Mal. Deodoro; construção da antiga estrada que ligava a cidade à Estação Platina; ampliou a iluminação pública; restaurou a estrada de Santo Antônio da Platina a Cambará. Em 1930, em decorrência da revolução, Joaquim Cardoso da Silveira foi obrigado a abandonar o cargo.

Em 1932, foi nomeado pelo então Interventor Manoel Ribas para o cargo de Prefeito de Santo Antônio da Platina,

mas recusou-se a assumir a Prefeitura.

Em 1935, com a realização da primeira eleição para Prefeito, após a Revolução de 1930, candidatando-se, foi eleito para o cargo no qual permaneceu até 1940. Então demitiu-se e indicou para substituí-lo, Luis Rodrigues de Oliveira, que foi nomeado. Da sua segunda gestão frente ao Executivo platinense, contam inúmeras realizações, destacando-se diversas rodovias municipais e prédios públicos na sede do município e nos Distritos de Abatiá, Jundiá do Sul, Ribeirão do Pinhal, Monte Real e Cons. Mairinck, que faziam parte do Município de Santo Antônio da Platina. Em 1945, o Interventor Manoel Ribas solicitava que assumisse mais uma vez a Prefeitura platinense. Durante mais 8 meses ele ficou administrando o município, sendo sucedido pelo médico Renato Borges de Macedo.

Em 1947, candidatou-se, novamente, a deputado estadual se elegendo desta vez, com expressiva votação, para o período de 1951 a 1954. Durante sua passagem pelo Legislativo Estadual dedicou-se inteiramente à missão de bem representar o Norte Pioneiro. Do trabalho harmônico com o Prefeito da época, Sr. Odilon Claro de Oliveira, conseguiu para Santo Antônio da Platina, entre outros benefícios, a instalação do Ginásio Estadual; instalação da Escola de Comércio; construção do prédio para o Ginásio Estadual (Hoje Colégio Rio Branco), Posto de Puericultura, Posto de Higiene, Delegacia de Polícia e o Grupo Escolar Tiradentes; instalação da residência do extinto Departamento de Edificações e a implantação de uma rede de água e esgoto para a cidade; criação da Escola Superior de Agronomia, que nunca foi instalada; pertencem a ele ainda os esforços feitos para a instalação da extinta Escola Normal Regional no Colégio Santa Terezinha.

O Sr. Joaquim Cardoso da Silveira foi reconhecidamente um líder político no Norte Pioneiro. Prova disto é a homenagem que lhe prestou a Associação dos Municípios no mês de janeiro do corrente, em reconhecimento aos relevantes serviços que ele prestou à região.

O seu falecimento causou grande consternação em Santo Antônio da Platina e na região.

Requer-se também, que a decisão do Plenário seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a transcrição nos Anais, em homenagem ao mestre paranaense, do artigo "O Professor da Escola-Consumo", escrito pelo jurista MODESTO DE SOUZA BARROS CARVALHOSA, e que foi publicado na edição do último dia 15 de outubro, no jornal "Folha de São Paulo".

Pede-se também, que deste requerimento e do inteiro teor do mencionado artigo, se dê ciência às entidades de classe que representam os professores, de todos os graus, no Estado do Paraná.

Requer-se, por último, que se comunique ao Professor Modesto de Souza Barros Carvalhosa, a decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1977.

(a) ACCIOLY NETO

#### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de

suas prerrogativas regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, para endossar o seguinte requerimento, a ser remetido ao Exmo. Sr. Governador do Estado e Secretário dos Transportes:

"Requer seja determinado ao DER, alterar a aplicação do REVESTIMENTO ASFÁLTICO, nas rodovias em execução na região sudoeste do Estado, com a implantação de PADRÃO DE BOA CATEGORIA, a fim de melhor suportar as condições regionais de tráfego."

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa obter do Governo do Estado a autorização de mudança do padrão asfáltico para as estradas estaduais em fase de construção na Região Sudoeste do Estado. Antes porém, necessário é que se faça um retrospecto das condições de trânsito e de solo, para que se descortinem, claramente, as razões do requerimento.

A região Sudoeste do Estado do Paraná, que compreende a margem esquerda do Rio Iguaçu, fazendo limites com a República da Argentina de um lado, e de outro com o Estado de Santa Catarina, tem uma mesma formação topográfica e a homogeneidade de seu solo é constante. Até o momento uma única estrada asfaltada existe na região, a antiga Pato Branco-Três Pinheiros, agora já alcançando a cidade de Francisco Beltrão. Esta rodovia asfaltada é de primeira categoria, o que vale dizer, construída com todos os recursos técnicos para uma estrada de alto padrão. No entanto, todos os que por ela transitam sabem das condições em que agora se encontra, mormente, entre o trecho compreendido da Ponte sobre o Rio Iguaçu até a cidade de Coronel Vivida, onde as precárias condições de tráfego se fazem sentir, causando inclusive acidentes fatais, face ao revestimento asfáltico não suportar as condições do tráfego regional. Buracos na pista, infiltrações naquela rodovia têm sido objeto de seguidos pedidos de manutenção, não só deste Deputado, mas de ilustres colegas desta Casa, conforme atestam inequivocamente os Diários Oficiais deste Poder, (Anais número 09, de 13/03/75, pág. 04). Como dizíamos, esta Rodovia, a BR-373, hoje Francisco Beltrão a Três Pinheiros, recebeu revestimento asfáltico de primeira categoria e assim mesmo não suportou, pois em muitos trechos são visíveis os estragos provocados pelo excessivo peso dos veículos transportadores. Ora, uma jamanta graneleira atinge números superiores a cinquenta toneladas de peso, superadas pelas carretas transportadoras de madeira, que ultrapassam de muito tais cifras. Finalmente o Governo do Estado lembrou-se de servir o Sudoeste com melhores estradas e praticamente estão concluídos os serviços de terraplenagem das diversas estradas que lá se constroem, já iniciados os trabalhos de revestimento asfáltico. Para citar um exemplo e o que vem alarmando a população e autoridades regionais, cito o trecho Pato Branco-Itapejara do Oeste, cuja rodovia, por uma das empreiteiras já liberou o pequeno trecho entre Pato Branco e Passo da Pedra. Seguramente não fazem sessenta dias a liberação do tráfego e o estado da rodovia é indescritível. Como dizem os motoristas que transitam por lá, o "asfalto está brotando", pois não suporta as condições do nosso pesado transporte. Segundo o Governo, tal rodovia deverá ser tratada com revestimento asfáltico de baixo custo, já conhecido como tratamento "casca de ovo".

Ora, se na região sudoeste uma rodovia tratada com asfalto de primeira categoria não suportou muito tempo, imagine-se o resultado de um tratamento de baixa categoria. A prova evidente de que se estará jogando dinheiro fora, está na saída de Pato Branco a Itapejara do Oeste, onde ainda não foi inaugurada a estrada, mas já não oferece as mínimas garantias e condições de tráfego. Não se alegue que são defeitos técnicos na construção, pois este trecho vem sendo tratado a mais de ano pela construtora e depois de liberado ao tráfego, mostrou-se

imprestável. O tipo de revestimento é que não se adapta à região. A "caca de ovo" poderá dar certo em outros solos, mas jamais no Sudoeste, onde como se disse, até revestimento de primeira categoria é passível de estragos imediatos.

Objetiva-se pois, com o presente requerimento, uma alteração da qualidade de revestimento para aquelas rodovias, a fim de que não se perca o precioso dinheiro público em obras que não atenderão os fins a que se destinam.

Por outro lado, serve também para notificar o Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, da responsabilidade em que incide ao determinar a execução de projeto que na prática não funcionará, acarretando por conseguinte, elevados prejuízos aos cofres públicos e criando condições de insegurança para os usuários daquelas rodovias. Concordamos em que se faça economia nas finanças estaduais, mas economia na base das "cascas de ovos", data venia, é confirmar-se o adágio popular de que naquele caso a "economia está sendo a base da porcária".

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja o Projeto de Lei número 95/77, submetido à exame e consideração prévia das autoridades responsáveis pela concessão dos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, qual seja, a Secretaria de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1977.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em pauta, para exame e discussão, nesta data, o Projeto de Lei número 95/77, que tem como objetivo principal a concessão da redução de cinquenta por cento nas tarifas de transporte coletivo de passageiros intermunicipais aos estudantes universitários, de cursos técnicos, supletivo e de níveis de primeiro e segundo graus.

A medida em referência abrange toda a classe estudantil. Não se pode negar ter essa medida o nobre intuito de proporcionar benefício à uma classe merecedora de todo o nosso respeito e consideração.

Por outro lado, entretanto, ela provocará consequências as mais graves, pois atingirá diretamente a economia da classe obreira do nosso Estado, sustentáculo da estrutura básica da nação: o operariado em geral, que se serve com frequência e assiduidade dos transportes coletivos para a sua locomoção ao seu local de trabalho.

É notório que em todo o mercado de trabalho, onde há grande concentração de mão-de-obra, especializada ou não, o operariado que a ele converge tem, por razões diversas, sua residência fixada nos municípios limítrofes e, conseqüentemente, sujeitos ao uso diário dos ônibus intermunicipais, mas de características urbanas.

Aí se formam grandes núcleos habitacionais, com a concentração de famílias de numerosa prole, cujos membros, pelas necessidades prementes da vida moderna, procuram os centros maiores para trabalharem e assegurarem o sustento próprio.

Essa motivação do operariado no Estado é bastante significativa, com representação expressiva no transporte coletivo intermunicipal.

Os recursos financeiros do operariado e de seus familiares, são comprometidos, sensivelmente, com este necessário e indispensável meio de transporte.

A sua maior oneração, nesta oportunidade, fora de qualquer previsão, sem a necessária reposição através de melhoria de seus salários, asfixiaria a sua tão combatida situação financeira, em completo prejuízo na qualidade e eficácia do seu trabalho todos ele voltado para o progresso do nosso Brasil.

A economia nacional, em última análise, será atingida pelos reflexos negativos de tal situação.

E isto acontecerá, realmente, se aprovado o benefício constante do Projeto número 95/77, pois ele provocará, de imediato, uma redução correspondente ao seu aproveitamento na receita das empresas, passando, conseqüentemente, a se constituir em eventual despesa para as mesmas, pela sua imprevisão nas tarifas autorizadas, que são compostas para cobrir todas as despesas preconizadas no art. 167 da Constituição Federal e art. 30 do Regulamento dos Serviços de Transporte de Passageiros no Estado do Paraná.

E não haverá outra alternativa senão a de serem revistas, de imediato, as tarifas respectivas, cuja alteração irá pesar sobre a passagem paga pelos usuários, especialmente o tão sacrificado operariado, o que se não nos afigura justo.

Assim, estando em jogo, um interesse social de grande profundidade, torna-se necessário e prudente sejam ouvidos os órgãos técnicos do Governo do Estado sobre a implantação do benefício ora tratado, a fim de evitar, com a sua aprovação, situações desagradáveis e imprevisíveis, contrariando frontalmente a política governamental de interesse geral.

Desta forma, Senhor Presidente e Deputados, impõe-se, data venia, como providência salutar e necessária, inadiável, por sinal, seja o Projeto de Lei número 95/77, submetido à exame e consideração prévia das autoridades responsáveis pela concessão dos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná, qual seja, a Secretaria de Estado dos Transportes.

Diante do exposto, solicita o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade relator do Projeto de Lei número 73/77, de autoria do nobre Deputado João Cioni Netto, solicito que o mesmo seja encaminhado à Mesa para que de acordo com o Art. 126 do Regimento Interno, seja o mesmo, após ouvido o Plenário, anexado ao Projeto de Lei número 67/76, e assim ambos, por versarem sobre matéria semelhantes, serem examinados por esta Comissão.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(a) ACCIOLY NETO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Senhor Presidente.

Tendo em vista que o Plenário desta Casa, não foi consultado, conforme preceitua o Art. 126 do Regimento Interno, sobre a anexação do presente projeto de Lei número 67/76, ao de número 73/76, solicito que o presente processo seja encaminhado através do Departamento Legislativo à Presidência a fim de ser cumprida a solicitação requerida por esta Comissão, através do Ofício número 89/76, de 01/12/76.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(a) WALDENICIO BARBALHO

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 145/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Administrativo de Alto do São João, no Município de Roncador, com as divisas seguintes e confrontações:

AO NORTE — pelo leito do Rio Bonito até sua foz com o Rio Muquillão, em confrontação com o Município de Iretama;

AO LESTE: pelo leito do Rio Muquillão, até onde o Ribeirão Palmital, faz sua foz com o mesmo e em confron-

tação com o Município de Pitanga;

AO SUL: pelo leito do Ribeirão Palmital até o seu cruzamento com a estrada municipal MQ-536, em confrontação com o Município de Pitanga; e,

AO OESTE: pela estrada MQ-536 até sua bifurcação com a estrada municipal MQ-405, daí por um afluente do Rio das Barras até sua foz com o mesmo, segue pelo Rio das Barras até o seu cruzamento com a estrada municipal MQ-404, seguindo pela mesma até a sua bifurcação com a estrada municipal MQ-408, seguindo pela estrada municipal MQ-408 até o seu cruzamento com o Rio Bonito, encontrando assim o ponto de partida em confrontação com o restante do Município de Roncador.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1977.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Roncador é um dos municípios paranaenses que vem apresentando o mais expressivo desenvolvimento, seja no setor econômico, seja nos setores cultural e social.

Em razão de tal crescimento sua estrutura administrativa exige tais modificações para que possa a atual Administração Municipal atender com melhores condições os problemas advindos de tal desenvolvimento.

Em decorrência, os Poderes Municipais constituídos do Município de Roncador, através da Lei Municipal número 27/77 datada de 05/09/77, criaram o Distrito Administrativo de Alto do São João e que através do presente projeto de lei, submetemos à consideração desta Casa a fim de que obtenhamos o reconhecimento legal no âmbito da esfera administrativa estadual.

Em anexo, juntamos ao presente, cópia da Lei supra citada e posteriormente encaminharemos as respectivas certidões exigidas pelos itens I e II do artigo 9º da Lei Complementar número 02, de 18/06/1973 — Lei Orgânica dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os princípios enunciados por Cristo, se convenientemente aplicados, condicionam melhor compreensão entre os homens, proporcionando, às lideranças, o necessário discernimento na tomada de decisões.

Conscientes desta realidade, muitos líderes em diferentes países, constituem o Movimento de Liderança Cristã, que, sem proselitismos, reúne parlamentares, dirigentes de áreas públicas e privadas, para o estudo da palavra de Deus e orações ao Todo-Poderoso.

Segundo o conceito da orientação geral, a Liderança Cristã não surgiu para competir com outros movimentos respeitáveis e necessários, nem congrega homens eventualmente desiludidos de suas Igrejas; ao invés, seu propósito, é reunir cristãos de diferentes credos, todos eles sob o mesmo denominador comum — de sua fé em Deus, e dominados pelo sincero propósito de curvarem-se aos ensinamentos de Cristo em suas vidas cotidianas, e, em particular, no seu papel de líderes.

No Brasil, há alguns anos funciona, no Congresso Nacional, o Grupo Parlamentar Cristão, que congrega elevado número de Senadores e Deputados, de ambos os Partidos. Anualmente patrocina o já tradicional Encontro Nacional da Oração, ao qual têm comparecido as mais altas personalidades do País.

No dia 13 transato, realizou-se o VII Encontro Nacional da Oração, durante almoço servido na sede urbana do Clube do Congresso, em Brasília, com a presença de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, de Sua Excelência o Sr. Vice-Presidente da República, General Adalber-

to Pereira dos Santos, do Presidente do Senado Federal, Senador Teotônio Portela, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maciel, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Thompson Flores, de Ministros de Estado, de Embaixadores, do Governador do Distrito Federal, de Senadores, Deputados Federais e Lideranças de ambos os Partidos, das Lideranças Partidárias, de representantes de Assembléias Legislativas, e autoridades outras que, somaram 179 participantes.

Honrou sobremaneira, a este Parlamentar, o fato de haver estado entre os eminentes Líderes Cristãos, representando esta augusta Assembléia Legislativa e seu ilustre Presidente, Deputado Ivo Thomazoni.

Presidida pelo Deputado Federal Vasco Neto e tendo como mestre de cerimônias o Deputado Igo Losso, coordenador das mensagens espirituais do Grupo Parlamentar do Movimento de Liderança Cristã, a solenidade contou com a participação ativa de D. José Newton, que proferiu a oração inicial; do General Adalberto Pereira dos Santos, que fez a leitura do salmo 139; do Senador Benjamin Farah que formulou oração pelas autoridades; do Ministro da Educação Ney Braga, que leu parte do Capítulo XII da primeira carta de São Paulo aos Coríntios, acerca dos dons espirituais, trecho que foi meditado pelo Deputado Federal Geraldo Freire e comentado pelo Senador Dirceu Cardoso e Deputado Federal Dasso Coimbra.

Após o que, de mãos dadas, todos oraram o Pai Nosso.

O acontecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi mais uma demonstração de que os sagrados escritos e os princípios cristãos, podem proporcionar o necessário clima de fraternidade para o bem da sociedade e progresso da Pátria. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste instante, quando vemos e ouvimos o Sr. Deputado Losso a falar sobre Cristo, suas pregações sobre a Bíblia, sobre o povo cristão, sobre a humildade, queremos, também, nos dirigir, especialmente, a um ex-Deputado que combateu em nossa região, em benefício de nossa terra e de nossa gente.

Sr. Presidente, acaba de falecer, na semana passada, o ex-Prefeito, ex-Deputado Joaquim Cardoso da Silveira. Então, queríamos, humildemente, transmitir os nossos votos de pesar à família enlutada, a esta Assembléia e ao Norte Pioneiro e, principalmente, à cidade de Santo Antônio da Platina.

Sr. Presidente, vamos ler o nosso requerimento que esperamos, como sempre, o acatamento desta douta Assembléia: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrevê, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido na cidade de Santo Antônio da Platina, do seu ex-Prefeito Municipal e ex-Deputado Estadual, Sr. JOAQUIM CARDOSO DA SILVEIRA.

O extinto, tronco de numerosa e tradicional família platinaense, fixou residência naquele município em 1925, época em que iniciou sua carreira política.

Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina por vários anos, logrou através do seu alto espírito público e de perspicaz administrador, dotar aquela cidade de inúmeras obras e benefícios, que até hoje estão a demonstrar a sua solidez e expressão.

Eleito Deputado Estadual, exerceu nesta Casa Legislativa condignamente o seu mandato, representando de maneira sempre invulgar as altas funções de legislador consciente e homem público sempre voltado aos mais altos interesses da coletividade do Município de Santo Antônio da Platina.

O passamento do Sr. Joaquim Cardoso da Silveira, vem de consternar a sociedade paranaense, e o seu meio político, pois perde, não só a cidade de Santo Antônio da Platina, como também o Paraná, um dos seus pioneiros, que muito contribuiu para o engrandecimento do pujante norte de nosso Estado.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada e à Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1977.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ex-Deputado Joaquim Cardoso, homem conhecido de toda a região, com orgulho para nós fez parte também desta Casa Legislativa. É neste instante então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que prestamos uma homenagem póstuma ao homem conhecido em toda a região, e ao homem que em altos cargos no município do Estado do Paraná, queremos reverenciar. O extinto fazia parte do ex-Partido Social Democrático. Homem dedicado às lides, homem honesto, honrado e humilde como todos os homens do interior.

Então, é neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que queremos render as nossas homenagens ao ex-Prefeito, ao ex-Deputado e ao ex-líder de toda a nossa região, Joaquim Cardoso.

Muito obrigado, Sr. Presidente

Muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Na última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas da evasão econômica do Estado, com a presença do Doutor Benjamin Hammerschmidt, Presidente da OCEPAR, como depoente, os integrantes desta Comissão debateram com muita propriedade os problemas da soja em nosso Estado, mostrando a preocupação que todos nós temos com o cultivo desta leguminosa que representa fundamental parcela na economia do nosso Estado.

Naquela reunião foi abordado o problema que hoje, rapidamente trazemos a este Plenário, mas que refutamos de transcendental importância, o qual seja da produção de sementes e suas implicações.

Na edição de hoje da “Gazeta do Povo”, vemos inserido um artigo do ilustre jornalista Emir Sfair, sob o título de “Quem precisa de proteção aos seus cultivos?” Onde, com esta interrogação, aborda o assunto com rara felicidade e em seu tempo certo.

Primeiramente o jornalista traz na íntegra a transcrição da minuta da “Lei de Proteção aos Cultivos” e a seguir colhe opiniões de líderes de classes de homens ligados à agricultura.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando na iminência do início do II Simpósio Nacional da Soja, patrocinado por esta Casa, onde teremos a oportunidade de analisar e debater detalhadamente sobre este importante cereal com os diversos Estados produtores, através de seus representantes que aqui virão, lanço um apelo para que este simpósio se analise com profundidade os efeitos desta lei. Se aprovada, além do alerta lançado pela “Gazeta do Povo”, queremos chamar a atenção dos Senhores Deputados para a importância do assunto. Mesmo não podendo equacionar a questão, devemos tomar uma posição com relação ao assunto, pois se esta minuta for transformada em lei, esta gerará muitos problemas ao nosso agricultor. E o que é mais grave, não temos conhecimento de que o assunto tenham sido consultados as cooperativas e principalmente o produtor de sementes, mas segundo o artigo que ora apresentamos denúncia, está sofrendo pressão das grandes empresas multinacionais que estão seriamente interessadas em sua aprovação, pela nítida vantagem que passariam a ter sobre

as cooperativas, a iniciativa privada nacional e o pequeno produtor de sementes.

Atualmente já dependemos grandemente destas empresas multinacionais na comercialização de insumos agrícolas e não podemos jamais, conscientemente, permitir uma dependência cada vez maior, principalmente quando podemos através de nossa legislação adquirir esta independência, procurando fortalecer as nossas cooperativas de produção, a iniciativa privada nacional e os pequenos produtores de sementes através de técnicos brasileiros e com soluções estritamente brasileiras para nossa agricultura.

Dado o exposto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos apresentando requerimento, que passamos a ler e solicitamos o apoio de todos os Senhores Deputados: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado na "Gazeta do Povo" de hoje, intitulado "QUEM PRECISA DE PROTEÇÃO AOS SEUS CULTIVARES?". Outrossim, solicita e requer seja enviado este artigo à bancada paranaense na Câmara Federal, para que analisem detidamente a matéria, em tramitação naquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1977."

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna na data de hoje, para praticar um ato de justiça:

O Paraná inteiro e o Brasil, têm assistido a movimentação que se faz em torno do Simpósio Nacional da Soja, o Segundo Simpósio Nacional da Soja; ele nasceu de uma idéia plantada na terra fértil do Rio Grande do Sul; foi trazido para cá, pelos Deputados que participaram em nome da Comissão de Agricultura, naquele encontro, os Deputados Nilso Sguarezi, Ernesto Dal'Oglio e Werner Wanderer. E tornou-se possível, graças ao incansável trabalho que vem desenvolvendo à frente desta Comissão, o nobre Deputado José Lázaro Dumont. Tenho testemunhado o seu trabalho e tenho dito, que se não fora o Deputado José Lázaro Dumont, juntamente com um corpo dedicado de funcionários que têm estado diuturnamente, a trabalhar para a consecução deste objetivo, que não deve ser de nenhuma das bancadas, mas, que deve ser um objetivo suprapartidário, o Simpósio Nacional da Soja, talvez, não tivesse o sucesso que se avizinha, que deverá ter.

Quando algumas pessoas estão preocupadas em desacreditar no Poder Legislativo, acredito, que devemos mostrar também, o aspecto positivo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Ele se faz presente, quando se anuncia que esta Casa, vai se transformar num grande fórum de debates para analisar um produto, que diz muito de perto, a importância que tem no cenário econômico brasileiro e especialmente, do Paraná.

Todos nós sabemos que o Paraná é responsável por 40 por cento da produção da soja no Brasil inteiro.

É por esta razão, Srs. Deputados, que aqui estou, para dizer que o Simpósio da Soja haverá de ser um sucesso. Convido aos jornalistas que nunca têm faltado com o seu apoio nas mais altas e caras realizações deste Poder, para que ajudem a promover o Simpósio da Soja na certeza de que no debate que faremos, haveremos de enfocar soluções e sugerir medidas para que a soja, cada vez mais, atinja aquilo que todos nós, Deputados, representantes do povo, desejamos.

Fala-se que o Poder Legislativo hoje em dia é um Poder anulado. Diria que não.

É um Poder provavelmente esvaziado, mas se ele conseguir

se transformar num local de debates de temas de interesse paranaense e estadual, o Poder Legislativo haverá de recuperar parcelas dos poderes que perdeu.

Era este o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de anunciar neste plenário, a presença de dois ilustres ex-Deputados estaduais, S. Exas. os Srs. Luiz Carlos Zuk, Prefeito Municipal de Ponta Grossa e o Sr. João Cioni Netto, hoje Prefeito Municipal de Umuarama.

Portanto, aos dois ex-Deputados hoje investidos de funções executivas, os votos de feliz permanência na Casa de Leis que foi por longo tempo sua morada.

Ao João Cioni Netto e Luiz Carlos Zuk, as boas vindas dos seus ex-colegas de parlamento e os votos que continuem realizando profícua gestão.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Elevada à Capital, na primeira quinzena do corrente mês, Paranavaí sediou acontecimento da mais alta significação social, política e administrativa do Estado do Paraná.

Na cidade, enquanto grande massa popular, olhando o céu, na expectativa, para muitos inédita, de verem o helicóptero que conduziria o Governador defronte à Prefeitura em campo de pouso, cuidadosamente preparado e anunciado para deleite da população, sobretudo das crianças, o Governador, ante o desapontamento de muitos, desembarcava exatamente às dezessete horas do dia 6 de outubro, no aeroporto local, acompanhado dos chefes da Casa Civil e Militar, do Secretário da Saúde e do Presidente Regional da ARENA.

A propósito do acontecimento divulgou a Folha de Londrina do dia 7 de outubro: — "Que pontualidade. Com estas palavras o Prefeito José Vaz de Carvalho, de Paranavaí, recebeu, ontem, dois minutos antes das 17 horas, o Governador Jayme Canet, no aeroporto Edu Chaves. Ao contrário do que havia sido anunciado anteriormente, o Governador veio de avião sendo recebido pelo Prefeito de Paranavaí, por vários Prefeitos da Região e também de outros pontos do Estado além de outros líderes políticos. Canet veio para instalar o Governo em Paranavaí. Seguiu para o centro da cidade, onde uma enorme e vibrante multidão o esperava, tributando-lhe carinhosa recepção", concluiu o noticiário do prestigioso matutino.

Era o início da monumental festa, adremente preparada. O Prefeito Municipal que, no sábio dizer do saudoso Papa Pio XII, é o Pai dos Municípios, conseguiu o seu maior objetivo: a presença de grande público. Contribuíram para isto e muito bem, a imprensa falada, escrita e televisionada, regamente pagas; as entidades de classe, principalmente a Associação Comercial que com alto-falantes adaptados a veículos solicitava ao comércio local, fechassem as portas para que comerciantes e comerciários também participassem das justas homenagens. Enfim, sucesso absoluto!

No palanque armado defronte à Prefeitura, muitas autoridades presentes porém, apenas dois oradores falaram. Em nome de Paranavaí e da região noroeste, o Prefeito José Vaz de Carvalho, ex-Deputado e ex-Secretário de Estado do Governo Paulo Pimentel.

O Governador deve ter estranhado, naturalmente constrangido, o trecho de sua oração: — "Jayme Canet Júnior é o maior Governador que o Paraná já teve e maior governante do País".

Ao ler o discurso do ilustre Prefeito, lembrei-me do que disse certa vez o ex-Deputado Alencar Furtado, citando São Thomaz de Aquino: — "Prefiro os que me criticam aos que bajulam". De fato há muito mais autenticidade na crítica consciente e real do que no elogio fácil e desnecessário ditado pelo interesse



imediatista, ainda que da comunidade que representa.

Agradecendo, afirmou o Governador que "a instalação de um Governo numa determinada cidade do interior não representa solução para todos os anseios e problemas da região. Esse não é o principal objetivo. O nosso objetivo é o que estamos fazendo agora, cumprimentando-os, chegando mais perto de vocês. É um aperto de mão, com o meu trabalhador, que nós fortalecemos as nossas esperanças". E foi se despedindo para em seguida posar diante de uma legião de fotógrafos, com uma criança ao colo, rodeado de outras que, inconformadas, lamentavam a ausência do avião de rosca que elas não tiveram a feliz oportunidade de ver.

À noite, a festa continuou. O governador, comitiva e inúmeros convivas, participaram de um jantar no Harmonia Country Club, onde aconteceu uma noite de seresta com o cantor Nelson Gonçalves que compareceu em substituição ao famoso seresteiro Sílvio Caldas, nome de Rua na cidade e velho amigo do Prefeito José Vaz de Carvalho. Nelson Gonçalves que não tem com o Prefeito e a cidade as mesmas vinculações de fraternidade e gratidão extravazou a sua indelicadeza ante os assessores do alcaide. No hotel, lembrado que estava quase na hora, o famoso cantor exigiu pagamento antecipado e quando lhe foi apresentado o cheque, respondeu com gestos e com rigoroso, cheque não. Que fazer? Indagou um deles. Os bancos estão fechados, respondeu outro. Todavia logo se entenderam e provaram ao cantor quanto valem os amigos da praça. A firma J. Alves Veríssimo resolveu o problema. E com a carteira recheada, Nelson Gonçalves lá se foi, às pressas cantar no clube para alegrar a noite de S. Exa. o Governador Jayme Canet Júnior. Foram 15 minutos de seresta por Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Com bom humor comentava um amigo em Paranavaí: "Se a Dolores Duram fosse viva teria sido a substituta ideal de Sílvio Caldas. Com sua voz suave e delicada, certamente teria encantado muito mais o Governador e os convivas com a sua formidável e inesquecível canção: — hoje, eu quero a rosa mais linda que houver, quero a primeira estrela que vier, para efeitar a noite do meu bem..."

No dia seguinte, precedido de marcante solenidade, com o hasteamento, defronte a sede provisória, das bandeiras municipal, estadual e nacional, foi solenemente instalado, na unidade polo de primeiro grau, devidamente adaptada pela municipalidade, o governo do Estado do Paraná. A placa comemorativa lá está, gravada para a posteridade.

Não pudemos nem devemos nos opor ao fato. O povo gosta, sente-se bem e prestigiado e no exercício do mandato nada mais somos, nós parlamentares, se não fiéis intérpretes de sua vontade.

Seria, pois, ilegítima e conflitante a nossa oposição à transferência temporária da sede do governo estadual. Indagamos, apenas, no cumprimento do dever legal e nos termos da Constituição, hoje relegada a plano secundário, não obstante ser a Lei Maior, a Lei das Leis. Está sendo cumprido o disposto na letra "e", do item VIII do art. 21 da Constituição Estadual? Afinal "competem à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, autorizar a transferência temporária da sede do governo estadual".

O texto é de clareza meridiana e como tal independe inteiramente de maior acuidade interpretativa. O governador ao transgredí-lo esqueceu o juramento solenemente feito ao tomar posse do cargo. Está no capítulo VI, seção III, art. 48 da Constituição do Estado a definição dos crimes de responsabilidade do governador e a legislação federal, referida no citado artigo, indica como crime de responsabilidade, entre outros, o não cumprimento da Lei. Formalizada, compete à Assembléia Legislativa nos termos do item IV do art. 22 da Constituição do Estado declarar a procedência da acusação.

Advertir o Chefe do Poder Executivo é dever primordial

da oposição, ciente e consciente. A instalação do Governo, em qualquer parte do Estado, ainda que precedida das formalidades legais, não deveria ser feita nos mesmos moldes das campanhas eleitorais: — verdadeiros comícios em praças públicas. Se não há nomes de políticos a pleitear votos é inquestionável a divulgação do nome do partido, atrelado ao cerimonial do governo. Por isso mesmo o nobre Deputado Muggiati Filho ao criticar a instalação do Governo do Estado em Arapongas, sentenciou com invulgar propriedade: "Nenhuma ação patriótica, de desprendimento e de liderança, em defesa de nossa economia poderá redundar de uma reunião eleitoral, ou seja: o bem comum passou a ser o bem da ARENA. O Governo do Estado se tornou discricionário, admitindo o favoritismo em benefício do partido político a que pertencem todos os seus membros; a autoridade se tornou comprometida, pois ninguém pode executar a lei discricionariamente, dado aos seus atos a coloração partidária, seja ela qual for, a responsabilidade, comprometida, cede lugar à irresponsabilidade, descortinando-se o uso do Poder do qual o único titular é o povo, em favor de uma facção partidária. Usa-se do prestígio da presença material e política do governo, dos favorecimentos ilícitos da máquina administrativa, insuflando os maus fadados comandos políticos e dando a mais ampla cobertura à reunião do Diretório Regional da ARENA, sem que os seus promotores sintam pejo em, confessada e abusivamente, anunciarem-na, com destaque, pela imprensa, rádio e televisão. Assim foi em Francisco Beltrão, em Campo Mourão, agora, em Arapongas".

Diremos nós, parodiando o eminente Deputado: Assim foi em Francisco Beltrão, em Campo Mourão, em Arapongas e, agora, em Paranavaí. À prevaricação continuada e reiterada do Chefe do Poder Executivo opomos exação.

O "Diário do Noroeste", matutino que se edita na cidade de Paranavaí, publicou com destaque: "Membros dos Diretórios de todos os 23 municípios que integram a micro-região da AMUNPAR — Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná — Prefeitos, Vereadores, ex-candidatos a Prefeitos, ex-candidatos a Vereadores e ex-prefeitos arenistas estarão reunidos hoje, sob a Presidência de Afonso Camargo Neto, Presidente do Diretório Estadual do Partido do Governo". A reunião dos Diretórios da ARENA, realizada no Tênis Club, contou com a presença não só do Governador Jayme Canet Júnior como de todo Secretariado e Diretores de Departamentos e Autarquias. O encontro que tinha a finalidade específica de debater problemas políticos, teve, ainda, uma grande homenagem a Canet".

Como se vê, cumpre-se rigorosamente a programação do governo no interior do Estado. Daí concluímos que V. Exa., nobre Deputado Muggiati Filho tem toda razão quando afirmou recentemente nesta augusta Assembléia que "os objetivos subjacentes passaram a preponderar sobre os reais".

Tudo, é evidente, faz parte de um plano pré-eleitoral inteligentemente traçado, mas contrário à lei e por isso denunciado.

Na época presente reconhecemos o Poder Executivo forte, para tristeza nossa, mesmo assim continuamos seguidores do sábio filósofo francês Montesquieu, autor do "Espírito das Leis", quando enfatizou a independência dos poderes. Recusar a defesa deste princípio é desservir ao Poder que representamos. O silêncio, por si só, importaria em subserviência que é inimiga fidalga do parlamentar responsável, cômico de suas verdadeiras prerrogativas.

Usem o direito, se quiserem, para promover os atos do governo ou divulgar o programa do partido que lhe dá respaldo, mas, não abusem dele, ultrapassando os limites fixados pela própria lei que deve ser obedecida e respeitada.

Afinal a revolução de março de 1974, teve como objetivo principal, o combate intensivo à corrupção e à subversão. Até parece paradoxal: os que mais proclamam a sua defesa são os que

mais violam os seus sagrados princípios.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, tudo isso é profundamente lamentável.

Para concluir, só nos resta uma pergunta: — ATÉ QUANDO? ...

**O Sr. Muggiati Filho** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Waldenício Barbalho, inicialmente agradecemos a V. Exa., a honrosa referência feita a uma parte de um trabalho que modestamente fizemos, com o intuito de, da mesma forma com que V. Exa. hoje está na tribuna, contribuir, não só para que o nosso Partido possa tomar as providências cabíveis no caso, como também, para que o nosso País saia desse engodo político em que existe, em que ele permanece.

Ainda, ontem, recortamos do "O Estado do Paraná", a prova fotográfica do que V. Exa. acaba de dizer da tribuna. Paranavaí sediou reunião da ARENA regional e a fotografia é do Sr. Governador do Estado, de pé, junto à mesa que presidiu os trabalhos, sob a direção do Sr. Afonso Alves de Camargo, com a presença dos Srs. Carlos Bergamini, José Vaz de Carvalho, Wilson Figueiredo Fortes, Fuad Nacli, Basílio Zanusso e do Secretário do Interior, Sr. Noel Lobo Guimarães, quando S. Exa. discursava, partidariamente, naquele município.

Entendo e, não estou dizendo isso para trocar confetes com V. Exa., porque não é nem do seu e nem do meu feitio, que V. Exa. trouxe um novo aspecto para a questão, que é um aspecto ainda mais delicado daquele que nós estudamos e procuramos abordar, porque V. Exa. se refere ao dispositivo constitucional que, na realidade, estabelece que o Governo só pode mudar a sua sede, só pode ter mudada a sede, com autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e, isto, não está acontecendo, nem se está cogitando. E diz bem V. Exa., talvez, porque a Constituição é relegada a plano secundário. Nem pode ser de outra forma, quando na Constituição Federal existe um Ato Institucional número 5 a dirigir o País.

Por isso, entendo que V. Exa. traz uma valiosa colaboração a todos aqueles que querem e pretendem que o País seja conduzido pelos rumos certos em busca de um regime, verdadeiramente, democrático.

Congratulo-me com V. Exa. pelo discurso feito, nesta tarde. Sei que não é de regozijo, nem para V. Exa., nem para ninguém; seria preferível que V. Exa. não tivesse esta oportunidade. Mas, V. Exa. não deixou que ela fugisse, o que é, ainda, muito mais importante. A omissão de V. Exa., seria lamentável.

No mais, ainda houve algum toque agradável que V. Exa., naturalmente, usou para ponderar o sal do discurso de V. Exa.

Muito obrigado a V. Exa.

**O SR. WALDENÍCIO BARBALHO** — Eu é que agradeço a V. Exa., nobre Deputado Muggiati Filho, pelos subsídios

que traz ao meu pronunciamento e isto vem, exatamente, provar que eu segui as pegadas de V. Exa., quando na instalação do Governo na sua cidade de Arapongas. E V. Exa. está até ajudando este Parlamentar ao trazer a prova fotográfica publicada pelo conceituado matutino "O Estado do Paraná", editado nesta cidade. Agradeço a V. Exa. e, naturalmente, o aparte de V. Exa. veio reforçar a tese que defendo, nesta oportunidade, principalmente, sob o ponto de vista legal.

**O Sr. Maurício Fruet** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ratificando as observações e as afirmativas do eminente Deputado Muggiati Filho em seu aparte, congratulo-me também, com V. Exa. pela oportunidade e pelas colocações efetuadas com relação ao episódio da instalação do Governo na cidade de Paranavaí. Gostaria, apenas como curiosidade, de saber de V. Exa. se houve alguma censura na apresentação do festejado cantor, Nelson Gonçalves, na festa em homenagem ao Sr. Governador do Estado, para a música, "Está faltando ele".

**O SR. WALDENÍCIO BARBALHO** — Eu posso informar a V. Exa. que não estive presente à festa, mesmo porque tratava-se de uma festa política partidária. Mas, não tive conhecimento de ter havido censura prévia, à programação do ilustre cantor Nelson Gonçalves.

Apenas poderei informar a V. Exa. que os admiradores de Nelson Gonçalves, diante da atitude tomada por ele contra os homens de bem de Paranavaí, ficaram decepcionados e levaram ao seu conhecimento, ao conhecimento do cantor esta decepção, lamentando ainda mais, a ausência daquele que deu o nome para rua, a cidade de Paranavaí, e que é realmente amigo da cidade e dos munícipes, o vovô Sílvia Caldas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O meu muito obrigado. — (Com revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — Restam sete minutos para esgotar-se o tempo do Grande Expediente. Consulto o eminente Deputado Edilson Alencar se deseja ocupar a tribuna para este espaço de tempo. Da mesma forma, consulto o Sr. Deputado Lúcio Machado, terceiro orador inscrito.

**O SR. EDILSON ALENCAR** — Declino, Sr. Presidente.

**O SR. LÚCIO MACHADO** — Sr. Presidente, solicito que me mantenha inscrito para a próxima sessão, devido o tempo não ser bastante.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — A Presidência manterá a mesma ordem de inscrição para a próxima sessão. Todavia, sente-se no dever regimental de consultar o eminente Deputado Valter Pietrângelo, quarto orador inscrito no Grande Expediente.

**O SR. VALTER PIETRÂNGELO** — Declino, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — A Presidência consulta o eminente Deputado Trajano Bastos, líder do MDB, sobre se deseja ocupar o espaço de 15 minutos reservados ao seu Partido.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Após o pronunciamento do Deputado Waldenício Barbalho, esta liderança sente-se satisfeita e declina do horário.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni)**. — A Presidência já tem na Mesa a manifestação do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, líder da ARENA, no sentido de que não deseja ocupar da tribuna.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 286/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 96/77, ex-Proposição número 477/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com interveniência da Companhia de Urbanização de Curitiba, URBS, objetivando alocação de recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres favoráveis da CCJ., e CP., por unanimidade. — **APROVADO**, artigo por artigo.

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 129/77, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a "Província Cristo Redentor", da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **APROVADO**.



## PROJETO DE LEI NÚMERO 129/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a "Província Cristo Redentor, da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José", com sede em Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se propõe seja declarada de utilidade pública, vem desenvolvendo benemérito trabalho junto à comunidade paranaense, mormente àqueles mais carente de recursos materiais, propiciando-lhes auxílio no campo da educação, saúde e promoções sociais, ao lado da assistência espiritual, tão necessária no mundo de hoje.

Tais serviços são prestados desinteressadamente, não recebendo a Diretoria qualquer remuneração.

De todo oportuno que o Poder Público lhe outorgue a declaração de utilidade pública, para que possa melhor desenvolver as suas atividades.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 129/77

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Província Cristo Redentor" da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede nesta Capital.

Analisando-se o processo através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação ao mesmo anexada, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

OSVALDO MACEDO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Waldenício Barbalho e Accioly Neto, na qualidade de Relatores da Comissão de Constituição e Justiça, pretendem a anexação nos termos do artigo 126, do Regimento Interno, do Projeto de Lei número 67/76 com o Projeto de Lei número 73/76, ambos tratam da mesma matéria, ou seja, visam criar o Município de Perobal, desmembrado do Município de Umuarama. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo, para providenciar a anexação, para posterior tramitação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Cardoso da Silveira, ex-Prefeito e ex-deputado estadual, pelo extinto PSD. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Cardoso da Silveira, ocorrido na cidade de Santo Antônio da Platina. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja o projeto de lei número 95/77, submetido a exame e consideração prévia das autoridades responsáveis pela concessão dos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, qual seja, a Secretaria de Estado dos Transportes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado requere-

mento ao Sr. Governador do Estado, reivindicando melhoria do revestimento asfáltico nas estradas da região Sudoeste. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado na "Gazeta do Povo", intitulado "Quem Precisa de Proteção aos seus Cultivares?" — APROVADO. (A matéria acha-se transcrita no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "O Professor da Escola-Consumo, de autoria do jurista Modesto de Souza de Barros Carvalhosa, publicado no jornal "Folha de São Paulo". — APROVADO — (O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente da sessão ordinária do dia 12 do corrente, com a sua discussão adiada naquela mesma data, ficando com a sua discussão encerrada na sessão do dia 13 do corrente, solicitando seja encaminhado expediente consubstanciado em voto de congratulações ao Ministério da Educação e Cultura, pela execução do Programa da Política Nacional da Cultura. — Em votação.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osvaldo Macedo). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Antes de encaminharmos à votação deste requerimento, gostaríamos de saber, especificamente, a título de que se pretende voto de congratulações ao Ministério de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência satisfaz V. Exa. (Lê o requerimento).

Continua em votação.

O SR. OSVALDO MACEDO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente.

Devo dizer a esta Casa que sou profundamente contrário a este voto de congratulações pretendido ao Ministério de Educação e Cultura.

Primeiro porque o requerimento não diz nada. Não diz que política é esta que o povo desconhece. Em segundo lugar, porque não podemos nos congratular com um Ministério de um Governo que impõe a censura aos meios de comunicação, às atividades artísticas, às atividades culturais.

Congratularmo-nos com o Ministério de Educação e Cultura nesta época, será a mesma coisa que nos congratularmos com o obscurantismo, com a prepotência e com a ignorância.

Por isto sou profundamente contra, revoltadamente contra, sobretudo diante desta gratuita bajulação que se pretende fazer.

Era o que nós deveríamos dizer em encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, autor do requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — Bajulação, Sr. Presidente, nós devolvemos ao emérito ilustrado Deputado talvez por desconhecer no seu afoitismo, o folclore brasileiro — talvez a misturar, como dizia um humilde roceiro, "alhos com bugalhos".

Porque o "pior cego é o que não quer ver". E o "pior surdo é o que não quer ouvir". Dentro do respeito que temos, Sr. Presidente, com V. Exa., com a Comissão Executiva e com todos os nossos colegas de bancada, talvez este que vos fala seja dos mais humildes, dos meios preparados, dos menos esco-

lados. Mas dentro de um complexo que é este querido Brasil, quando se procura projetar o folclore brasileiro, quando se "dá a César o que é de César", não podemos nos imiscuir em política, quando vemos um Ministro de Educação procurando projetar o folclore de nossa terra e de nossa gente.

Não podemos puniciar política, por estarmos subjugados a sermos chamados de bajuladores. Não bajulamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque disto não temos necessidade; a maior bajulação é o nosso respeito pelo povo do Paraná e do Brasil; a nossa maior bajulação é irmos a esta Casa por três vezes consecutivas para trabalhar pelo povo e para o povo de nossa terra. E não bajulamos, Sr. Presidente, e queremos dizer a V. Exa. que este requerimento é de alto significado para o folclore brasileiro, e para os intelectuais do gabarito do Deputado que na sua infelicidade quis tripudiar sobre um humilde Deputado grosseiro que vem aqui, Sr. Presidente, altaneiramente, a discutir com os filósofos, com os grandes homens de vulto que só não querem enxergar, que lutam contra a sua própria consciência, para tripudiar, para menosprezar os humildes.

Sr. Presidente, muito obrigado. Não quero criar celeuma nesta Casa, só que devolvemos a bajulação ao ilustre Deputado Osvaldo Macedo. Que ele, na sua consciência, lá no cantinho, ao fazer um exame de consciência com Deus, se este existe em sua consciência, e que veja a ofensa que ele faz para um colega; porque se Deus existe, na consciência dos que tripudiam dos que enegressem, dos que procuram desvirtuar os caminhos da verdade, então o Deputado Osvaldo Macedo está com a razão, Sr. Presidente.

E digo a V. Exa., Sr. Presidente, é altamente significativo para um paranaense do gabarito de Ney Braga, nós prestarmos uma homenagem, uma singela homenagem que nada tem de eleitoreira; se o Deputado Osvaldo Macedo procura bajular para ganhar votos, então nós iremos é bajular o homem que nos dá voto. S. Exa. o emérito ex-Governador e atual Ministro dos Negócios da Educação; é um homem culto, um homem honrado que honra e dignifica o Paraná. E quem estiver contra a estrutura, contra o sistema, que conteste.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE — *(Ivo Thomazoni)* Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas, poucas palavras; sinto-me até suspeito, como cidadão, para tecer considerações a respeito do Ministro Ney Braga. E, nesse encaminhamento desta votação, é evidente que votarei favorável a este requerimento.

Pelas razões de que o Ministro Ney Braga já foi; pelas razões do que o Ministro Ney Braga é, hoje, Ministro paranaense, que honra e dignifica o Ministério da Educação; que tenho acompanhado de perto a sua luta em favor de uma causa, que é a educação brasileira, principalmente a educação do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — *(Ivo Thomazoni)* A Presidência vai submeter à votação o requerimento do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

Regimentalmente, não é próprio que a Presidência faça. Todavia, a Presidência volta do sudoeste do Paraná, onde esteve na última semana. E verificou que está programada para a presente semana, a chegada no Sudoeste do Estado, de 5 caminhões pesados, carregando livros para a constituição do "Banco do Livro", que será implantado naquela região e demais regiões do Estado do Paraná. Serão 16 caminhões de grande porte, transportando livros para o Paraná na instituição do "Banco do Livro". Não sei se o Deputado Gabriel Manoel se referiu no seu requerimento a este programa, lançado pela primeira vez no Brasil, pelo Ministério da Educação e Cultura. Todavia, sei, Deputado Gabriel Manoel, o destino que terá este requerimento.

Franqueia esta Presidência ao Deputado autor deste

requerimento a Presidência, e seus meios de comunicação para que, se rejeitado seu requerimento, V. Exa. use o gabinete da Presidência — como qualquer outro Deputado poderá fazê-lo — para, em seu nome, e da Presidência também, congratular-se com o Ministro Ney Braga pela sua atuação no Ministério da Educação e Cultura.

O SR. OSVALDO MACEDO — *(Pela ordem)* Sr. Presidente, estou de pleno acordo que o Presidente, dentro do que lhe permite o Regimento Interno, faça uso do que julgar conveniente, dos meios de comunicação de seu gabinete.

Respeito V. Exa. como Presidente desta Casa, mas, gostaria de, pela ordem, pedir a V. Exa. que fosse mais Presidente e menos Líder da Arena, na condução dos trabalhos desta Casa. Não é dado a V. Exa. o direito de discutir, usando dos seus poderes, para a dignidade do posto exercido por V. Exa., use-o como Presidente e menos como Líder da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. PRESIDENTE — *(Ivo Thomazoni)* A Presidência recebe a censura do eminente Deputado Osvaldo Macedo. Recebe-a com toda a humildade. Todavia, a Presidência não poderá deixar de colocar à disposição do Deputado Gabriel Manoel, o que, administrativamente, pode usar para que S. Exa. em seu nome próprio e em nome da bancada que ele integra, faça como instrumento de pensamento dele, Deputado, e de sua bancada.

Não vejo, absolutamente, qualquer pretensão de influenciar este inteligente, esclarecido e liberto Plenário, na decisão que vai tomar.

Todavia, a Presidência acolhe com humildade, a observação do eminente Deputado Osvaldo Macedo. Mas, não poderia, nem neste, nem em outra oportunidade, pretender que se presione o trabalho de qualquer figura exponencial da vida pública, que se inverta um voto de congratulações numa censura.

Quer me parecer que poderá caber, e caberá, quando da vontade de cada um, a tomar a sua iniciativa. Como a iniciativa do Deputado é congratular-se...

O SR. OSVALDO MACEDO — Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — ... a Presidência colocará à disposição de S. Exa., como de qualquer Deputado, os instrumentos de comunicação, para que, da mesma forma, usem, na Presidência, para comunicar seu desagrado.

Era o que cabia, à Presidência, comunicar.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Isto, Sr. Presidente, para que seja equânime na direção desta Casa, se a Presidência pretende discutir qualquer matéria...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência não está discutindo.

O SR. OSVALDO MACEDO — ... que o faça como Deputado e não como Presidente.

A mim me parece até um desrespeito aos membros desta Casa, que a Presidência se julgue no direito de influir sobre interpretações que possam ter qualquer requerimento. Mas, não é justo que, usando dos poderes que a Presidência lhe confere, da posição de Presidente, se ponha no direito de usar meios que a outros não são conferidos, de discutir o mérito de qualquer matéria.

Creio, e posso dizer, não se faz justiça ao bom conceito que sempre tive de V. Exa., a atitude de V. Exa. neste momento.

O SR. PRESIDENTE — *(Ivo Thomazoni)* A Presidência havia recebido com humildade as observações que, em questão de ordem, V. Exa. fez.

Mas, a Presidência não aceita, de agora em diante, qualquer censura, porque acredito o Presidente haver se portado dentro do Regimento Interno, porque não discutiu nem colocou em votação coisa nenhuma. Apenas colocou à disposição do Deputado autor do requerimento, como coloca à disposição de qualquer Deputado, os instrumentos de comunicação que tem,

para qualquer comunicação com autoridades do País.

A Presidência dá por encerrado o episódio e coloca em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. NILSO SGUAREZI — (**Questão de ordem**) Sr. Presidente, apenas gostaria de saber se o requerimento é endereçado ao Ministro da Educação ou ao Ministério; se à pessoa física do Sr. Ney Braga, ou ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) A Presidência informa que no bojo do requerimento, o voto de congratulações é ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, há porém um erro na elaboração da súmula, porquanto, na súmula, requer voto de congratulações ao Ministério da Educação e da Cultura; mas, desde que o princípio válido de que, o que consta no bojo do requerimento é o que a Presidência e o seu Departamento Administrativo usará na comunicação — ao Sr. Ministro Ney Braga, da Educação e da Cultura, muito embora, como eu disse, na súmula está assim redigido: "voto de congratulações ao Ministério da Educação e da Cultura".

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. — REJEITADO.

O SR. GABRIEL MANOEL — (**Pela ordem**) Sr. Presidente, solicito de V. Exa., verificação de votação e, com o devido respeito que me merece o Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho, gostaria que V. Exa. solicitasse de S. Exa., que colocasse a gravata para a votação.

O SR. PRESIDENTE — (**Ivo Thomazoni**) A Presidência defere a Questão de Ordem de V. Exa. e procederá a verificação de votação. Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. 12 Srs. Deputados rejeitam, 7 Srs. Deputados aprovam; não há quorum regimental para deliberação.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que, amanhã, às 20,00 horas, neste Plenário, numa Sessão Solene, deverá instalar-se o II Simpósio Nacional da Soja, com a presença de altas autoridades deste e de outros Estados da Federação, e ao mesmo tempo lembra e convida os Srs. Deputados a se fazerem presentes a esta solenidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nos 63/77, 65, 81, 88, 102, 103, 114, 119 e 123/77; e de Resolução no. 109/77.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 286/77;

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 129/77.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,  
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR  
DEPUTADO ACCIOLY NETO, EM SESSÃO DO DIA  
17 DE OUTUBRO DE 1977.

#### O PROFESSOR DA ESCOLA-CONSUMO

Modesto Carvalhosa

Ao se homenagear, em data fixada em calendário, a outrora nobre classe do magistério, a primeira e grave constatação que se verifica é o completo divórcio entre a escola e os objetivos atuais impingidos à sociedade brasileira.

E dentro desse enfoque deve-se meditar no Dia do Professor; o que ele foi e o que ele é nesta Nação. Qualquer análise que se faça sobre o tema, o resultado será estarrecedor.

Para que se entenda o que ocorreu, basta verificar um pouco a história recente do País. As nossas escolas, até a metade deste século, fundeavam-se num pacto político-social que mantinha unidas as elites civis, a Igreja e o Exército.

As elites civis, nesse conjunto de instituições dominantes, conduzir o projeto social, cabendo às demais — Exército e Igreja — sustentar os ideais do primeiro grupo, de caráter predo-

minante neoliberal. A ideologia destas elites civis, de liberdade, propriedade e de igual oportunidade para todos, tanto política como econômica, ainda que sob muitos aspectos contraditória, marcada a vida escolar brasileira, dando-lhe o sentido humanista que nobilitava a missão do mestre. Ao aluno se imprimia a idéia de que os rumos do País repousariam em suas mãos no futuro. O dever de participação comunitária e política no futuro era a base da escola e a razão de ser do esforço que, em conjunto, faziam os professores e os alunos. O cidadão, em toda a sua grandeza teórica, era ressaltado por essa filosofia civilista que dominava as instituições de ensino. Até então a Igreja, inteiramente atrelada ao projeto histórico das elites civis, acrescentava a cultura religiosa na formação escolar a seu cargo.

Ocorre que o rompimento desse pacto político-social, a partir dos anos 60, veio subverter completamente a posição da escola e, nela, a do professor. Com efeito, a partir dos anos 60, a Igreja e o Exército se divorciaram do projeto histórico das elites civis. O Exército criou seu próprio projeto, qual seja, o da construção da Grande Potência. A Igreja apartou-se também institucionalmente das elites civis, adotando o projeto do Concílio Vaticano II, representado pela volta aos princípios básicos do cristianismo, do que resulta a necessidade de afastar-se dos grupos dominantes.

Esse esfacelamento do pacto teve conseqüências profundas na educação e em suas instituições. As elites civis perderam o poder político. Substituiu-as a tecnocracia, que imprimiu ao País o citado projeto histórico de criação da Grande Potência. A Igreja, por sua vez, reformulou radicalmente o seu papel educacional, fechando suas escolas tradicionais, substituindo-as por atividades comunitárias — inclusive de ensino — que não mais têm o beneplácito das duas forças de que era anteriormente aliada.

O projeto da Grande Potência se traduziu pelo esforço governamental de construção acelerada de um país moderno, e altamente industrializado, dentro do perfil econômico das sociedades de consumo mais avançadas.

Via de conseqüência, a ideologia e a praxis dessa sociedade de consumo passaram a dominar inteiramente as instituições educacionais. A visão dessa sociedade de consumo foi imprimida na escola brasileira, onde o homem deve ser considerado mero produtor ou consumidor de bens e de serviços.

Esse duplo aspecto — consumir e produzir — interessa, com efeito, ao projeto nacional vigente. Nenhuma participação social e política é aventada ao escolar brasileiro. Não mais cabe ao professor formar o jovem sob o signo da responsabilidade que lhe caberia no futuro como condutor dos destinos sociais e políticos do país. O ser humano passa a ser apenas um elemento de agregação estatística. Proclama-se que a renda per capita é de US\$ 1.200. Declarar-se que, quando chegarmos a uma renda de US\$ 5.000, estará realizado o projeto histórico em curso.

Essa visão pífia e monstruosa do ser humano e do seu papel social e histórico torna a escola um instrumento formador de seres produtores e consumidores de bens capazes de engrossar o Produto Interno Bruto e sua distribuição aritmética pelo número de habitantes recenseados.

O caráter humanista da escola como instrumento da formação plena do homem político, deixou de existir.

E por manter ainda certos resquícios do humanismo que lhe marcou a fase anterior, é ela colocada sob suspeita permanente. Daí a necessidade de destruir as características institucionais que possuía. A massificação se impõe como o objetivo máximo das autoridades encarregadas de transformar a escola num aparelho preparador de produtores e consumidores de bens e serviços.

A destruição das grandes instituições escolares ligadas à ideologia humanista e democrática é meta prioritária da tecnoburocracia, a fim de que se instaure de vez, a escola-empresa, a

escola-produto, a escola-consumo, a escola-lucro. Nela o professor é um elemento inútil e desprezado. Uma triste coisa.

De sua parte, a Universidade fundamenta-se historicamente na liberdade de pesquisa e do ensino. A nação democrática e, portanto, liderada pela sociedade civil, atribui esse encargo à Universidade tendo em vista que é nesta espécie de instituição que se abre a elocubração do futuro e os caminhos de viabilização desse mesmo futuro, tanto nas ciências exatas como nas humanas.

Em ambas o caráter político é inerente à própria atividade desenvolvida no seio da Universidade. Foi por esse processo universitário que se desenvolveu a civilização ocidental a partir da baixa Idade Média. O desmantelamento do pensamento escolástico deu a conotação, ainda vigente nos países civilizados, da autonomia do pensamento, da manifestação, da pesquisa e do ensino no seio da Universidade, sem imposição de métodos ou de resultados.

Foi dessa forma que a Universidade fez a grandeza de todos os países que se constituíram na vanguarda da humanidade, como a França, Inglaterra, e os Estados Unidos, responsável que foi e ainda é pela importância cultural, econômica, política, social e científica dos mesmos.

A continuidade desse trabalho deveu-se à prevalência da sociedade civil na condução da democracia plena e ininterrupta.

Já na Alemanha, por exemplo, onde a predominância do pensamento e do poder civil foi interrompida no nazismo, a função da Universidade deixou de existir, expulsos os seus mestres para os países democráticos e manietados os seus alunos à macabra ideologia oficial.

Não há Universidade sem democracia. E a marca fundamental de que um regime não é democrático é o ataque constante à Universidade, a perseguição de seus professores e alunos e à sua forma autônoma de organização e produção científicas.

A Universidade, portanto, é incompatível com os regimes autoritários onde é proibida a livre circulação de idéias. Nos países onde os ideais da sociedade civil não comandam o poder estatal, a Universidade não pode sobreviver.

Isto porque todo pensamento universitário é de vanguarda, muito além das idéias que dominam os sistemas despóticos, ainda que iluminados. Para estes, é incompatível com o poder que ostentam o contra-poder universitário, de desmistificar as aparências de realidade. A missão maldita da Universidade, com efeito, é a de revelar a verdadeira realidade política e social, de uma forma científica, o que nunca coincide com o aparato de propaganda e mistificação que os regimes autoritários mostram. Por isso é que ali a Universidade sempre incomoda e deve mesmo ser neutralizada.

Nesse quadro autoritário a Universidade ideal seria a profissionalizadora que pudesse formar com as demais escolas, os quadros necessários à produção e consumo de bens e serviços, com total neutralidade ideológica, e sem qualquer visão global da realidade.

Estamos aqui também no mesmo impasse e na mesma tragédia. A Universidade-empresa, a Universidade-produto, a Universidade-consumo, a Universidade-lucro. Nela também o professor é um elemento inútil e desprezado. E igualmente uma triste coisa.

Modesto de Souza Barros Carvalhosa é advogado, professor de Direito Comercial da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Direito da Universidade de Pensilvânia, nos Estados Unidos, e Presidente da Associação dos Docentes da USP."

DEPUTADO WERNER WANDERER, EM SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 1977.

### QUEM PRECISA DE PROTEÇÃO AOS SEUS CULTIVARES?

A Gazeta do Povo aproveita a chegada ao Paraná hoje de centenas de líderes agrícolas do País, para publicar na íntegra a minuta da Lei de Proteção aos Cultivares, que se encontra em tramitação na Câmara Federal, na Comissão de Agricultura, sem que nossos parlamentares tenham definido um posicionamento em defesa da agricultura brasileira.

#### A MINUTA DO PROJETO

Para melhor análise dos nossos legisladores, e dos analistas agrícolas, eis a minuta da Lei de Proteção aos Cultivares, já encaminhada ao Congresso Nacional e que não deve ser aprovada sem um profundo exame por parte dos parlamentares que representam no Congresso os setores rurais brasileiros, principalmente os Estados do Sul.

#### MINUTA

#### LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

Art. 1o. — Fica criado no Ministério de Agricultura, o Registro de Cultivares e instituído o Direito de Melhorias sobre os cultivares criados ou introduzidos no País.

Parágrafo Único — As culturas abrangidas pela presente Lei serão estabelecidas por Portarias do Ministério da Agricultura por proposição da Comissão Nacional dos Direitos dos Melhoristas.

Art. 2o. — O Registro de Cultivares e Direito dos Melhoristas tem os seguintes objetivos:

§ 1o. — Assegurar aos Melhoristas de novos cultivares a exclusividade de sua multiplicação e comercialização no país para fins de plantio.

§ 2o. — Incentivar os trabalhos públicos e privados de melhoramento genético, o desenvolvimento da produção e disponibilidade de material reprodutivo e de alta qualidade.

Art. 3o. — Para fins da presente lei, define-se como:

I — Novo Cultivar, todo material genético que seja:

a) — Distinto em um ou mais caracteres identificáveis, sejam do ponto de vista morfológico, bioquímico, fisiológico de qualidade do produto, ou outras características que permitam separá-los que qualquer outro cultivar existente na ocasião em que a proteção for solicitada.

b). Uniforme, de modo de qualquer variação possa ser indicada e comercialmente aceita, levando em conta sua reprodução sexuada ou assexuada.

c). Estável, quando reproduzido sexualmente, mantendo as características descritas, por ocasião de seu registro ou durante o número de gerações recomendado, pelo melhorista, para os cultivares de reprodução sexuada.

II — Melhorista é a pessoa física ou jurídica responsável total ou parcialmente pela criação de um novo cultivar e pelo estabelecimento dos critérios que a diferenciam das demais.

III — Curitiba de Domínio Público aquele para o qual não há direitos adquiridos nos termos desta Lei, prevendo-se os seguintes casos:

a). encontrar-se em uso generalizado até a data da publicação da presente Lei.

b). estiver enquadrado em qualquer item do previsto no artigo 14 da presente Lei;

c). Cultivares alienígenas que não tenham direitos do melhorista, garantidos no país de origem quando introduzidos no Brasil.

Parágrafo Único — O uso de cultivares para fins de experimentação não os torna de domínio público.

Art. 4o. — O detentor dos Direitos de Melhoristas terá:

I — Garantida a exclusividade de multiplicar e vender as sementes, mudas ou qualquer outro material de reprodução do cultivar.

II — A opção de transferir os direitos sobre o cultivar, ou de

autorizar a terceiros a sua multiplicação ou venda nos termos do regulamento da presente Lei.

III. A responsabilidade de manter estoque de semente genética de cultivar e zelar por sua pureza.

IV. O direito de usar, com exclusividade, o nome do cultivar.

V. A obrigação de produzir diretamente ou incentivar a produção por intermédio de terceiros, quantidade suficiente de sementes, fiscalizadas ou certificadas de cultivar registrado.

Parágrafo Único — Quando dois ou mais melhoristas participam da criação de novo cultivar, os direitos de que trata a presente Lei poderão ser concedidos a todos.

Art. 5o. — Fica criado no Ministério da Agricultura a Unidade de Registro de Cultivares (URC), diretamente vinculada ao Ministério da Agricultura com a responsabilidade pela execução da presente Lei.

Parágrafo Único — A fiscalização do cumprimento da presente Lei poderá ser delegada a órgãos ou entidades federais ou estaduais, mediante critérios a serem regulamentados.

Art. 6o. — A URC será constituída por um Secretário Executivo e um corpo de Assessores Técnicos especialistas no assunto em número a ser estabelecido pelo Ministro da Agricultura nos termos da Legislação vigente.

§ 1o. — O Secretário Executivo de capacidade técnica comprovada será designado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Agricultura.

§ 2o. — Os Assessores Técnicos serão designados pelo Ministro da Agricultura, por indicação do Secretário Executivo da URC.

Art. 7o. — Fica criada a Comissão Nacional dos Direitos do Melhorista, vinculada ao Ministério da Agricultura.

§ 1o. — A Comissão Nacional dos Direitos do Melhorista será constituída de um Presidente e mais 8 membros sendo metade do setor público e metade do setor privado nacional a serem indicados de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento da presente Lei.

§ 2o. — O Presidente da Comissão Nacional dos Direitos do Melhorista será o Secretário Executivo da URC.

§ 3o. — Os membros dessa Comissão serão designados pelo Ministro da Agricultura, para servirem pelo prazo de dois anos.

§ 4o. — São funções da Comissão:

- a). Estabelecer as normas complementares para a aplicação da presente Lei.
- b). Aprovar o Regimento Interno da URC.
- c). Referendar o orçamento anual da URC.
- d). Deliberar sobre as decisões técnicas da URC em caso de disputa ou recurso.
- e). Ficar critérios para cobrança de direitos de uso dos cultivares.
- f). Assessorar o Ministro da Agricultura quanto às necessidades de declarar algum cultivar registrado de domínio público, e em outros assuntos relativos à presente Lei.

Art. 8. — São elegíveis, para efeito da presente Lei, todos os cultivares criados ou traduzidos no país a partir da data de publicação desta Lei.

§ 1o. — Incluem-se na categoria de elegíveis para efeito desta Lei, as linhas puras ou cultivares destinadas à produção de híbridos comerciais.

§ 2o. — Cultivares introduzidos serão elegíveis de registro e proteção dos direitos do melhorista previstos na presente Lei, se:

- a). Satisfazerem os requisitos previstos no artigo 3o. da presente Lei.
- b). Se a sua multiplicação e subsequente comercialização forem feitas por instituições estabelecidas no território nacional.

§ 3o. — Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, excluem-se os cultivares enquadrados no Art. 3o., III, e desta Lei.

§ 4o. — A relação dos cultivares registrados e com garantia de direitos será publicada, obrigatoriamente, no Boletim Oficial da URC.

Art. 9. — O prazo de validade dos Direitos do Melhorista será de 20 anos para as plantas frutíferas, essências florestais e plantas ornamentais e de 15 anos para as outras plantas econômicas.

Parágrafo Único — O detentor dos direitos tem a opção de renovar a garantia de proteção de que trata a presente Lei, pelo prazo adicional de 10 (dez) anos.

Art. 10. — Para a obtenção do registro e garantia dos direitos do Melhorista é indispensável a apresentação de requerimento ao Secretário Executivo da URC, acompanhado de comprovante de pagamento da taxa de registro e das seguintes informações sobre o cultivar:

- a). Nome.
- b). Nome e qualificação técnica da instituição que o criou.
- c). O nome e qualificação do técnico ou técnicas que o criaram.
- d). O Germoplasma de qual se originou.
- e). O método empregado na sua criação.
- f). Caracterização de acordo com o Art. 30. desta Lei.
- g). Especificações das áreas de adaptação.
- h). Demonstrativo dos custos incorridos na sua criação.

§ 1o. — Os requisitos adicionais serão definidos no regulamento da presente lei e demais atos complementares.

§ 2o. — Quando dois ou mais melhoristas são os criadores e/ou introdutores do cultivar, é suficiente que apenas um faça o requerimento constante neste o nome dos demais.

§ 3o. — Os cultivos de domínio público serão registrados pela URC sem ônus (ex-Ofício).

Art. 11 — Recebido o requerimento de registro e verificado o atendimento de todas as exigências preliminares, a URC publicará no seu Boletim Oficial um resumo do pedido mantendo a confidencialidade de sua origem.

§ 1o. — A partir da data do recebimento do requerimento, ficarão assegurados os direitos descritos no Art. 4o., os quais serão confirmados ou anulados após a tramitação do processo, cabendo recurso no prazo de 180 (cento e oitenta) dias à Comissão Nacional dos Direitos dos Melhoristas.

§ 2o. — Qualquer contestação poderá ser feita à URC no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação do pedido de registro, cabendo recurso no prazo de 60 (sessenta) dias à Comissão Nacional dos Direitos dos Melhoristas.

§ 3o. — Os cultivares para os quais foi requerido o registro, serão testados pela URC ou órgão oficial brasileiro credenciado quanto às características enumeradas no Art. 3o., da presente Lei.

Art. 12 — O Exame do pedido de inscrição tem por objetivo determinar:

- I — Se o requerente possui capacidade técnica e dispõe de facilidades materiais para produzir o cultivar.
- II — Se o novo cultivar se enquadra nas exigências do inciso I do Art. 3o.
- III — Se o novo cultivar tem um nome original que o distinga claramente.

Parágrafo Único — Para os efeitos da aplicação da presente Lei, a URC procederá ao levantamento dos cultivares já usados ou divulgados no Brasil, até a data de sua publicação.

Art. 13. — A garantia dos Direitos de que trata a presente Lei fica automaticamente cancelada e o cultivar passa a domínio público, nos seguintes casos:

I — Na expiração do prazo de validade referido no artigo 9º.

II — Se o detentor dos Direitos não manter estoques de material genético em quantidades suficientes para manter a demanda normal em três anos seguidos.

III — Quando o Ministro da Agricultura, por proposição da Comissão Nacional dos Direitos dos Melhoristas, declarar o cultivar de Domínio Público, no caso em que o detentor dos direitos esteja:

a) — de qualquer modo, evitando ou impedindo a produção e distribuição de sementes ou mudas em escala comercial nas quantidades necessárias e a preços considerados razoáveis ou

b) — esteja sem condições de atender a demanda do mercado.

IV — Renúncia aos direitos.

V — Quando for provado que o registro foi obtido através de fraude.

Parágrafo único — Na ocorrência do referido no inciso III, letra "b" deste artigo, o Governo Federal, através do Setor competente do Ministério da Agricultura indenizará o detentor dos direitos nos termos de legislação em vigor.

Art. 14 — O cultivar registrado poderá ser utilizado, sem que seja obrigatória qualquer compensação ao detentor dos direitos nos seguintes casos:

I — Quando agricultores, individualmente produzirem sementes ou mudas para seu próprio uso.

II — Quando melhoristas ou geneticistas o utilizarem como fonte de material genético para experimentação, cruzamento, e obtenção de novos cultivares.

Art. 15 — Os serviços prestados pela URC para a execução da presente lei serão cobrados pelo regime de preços públicos estabelecido pela Comissão Nacional de Direitos dos Melhoristas.

Parágrafo único — A arrecadação decorrente da aplicação deste artigo será destinada às atividades da URC e da Comissão Nacional dos Direitos dos Melhoristas.

Art. 16 — Os detentores do direito recolherão anualmente à URC a importância correspondente a um percentual dos direitos recebidos destinada a projetos de apoio à pesquisa agrícola, especialmente no setor de melhoramento genético e área afins.

Parágrafo único — A aplicação dos recursos de que trata este artigo será disciplinada no regulamento desta lei.

Art. 17 — Constituem violações da presente lei:

I — Venda de sementes e/ou mudas de cultivares registrados, sem a autorização de detentor dos direitos sobre o cultivar.

II — Venda de semente e/ou mudas de cultivares protegidos nos termos da presente Lei com falsa identificação, ou não identificado.

Art. 18 — As transgressões da presente lei estão sujeitas às seguintes penalidades e multas:

I — Qualquer pessoa Física ou Jurídica que produza ou venda sementes ou mudas de cultivar registrado e protegido nos termos da presente Lei, sem autorização do detentor dos direitos sofrerá as penalidades e multas cabíveis.

II — Qualquer produtor ou comerciante de sementes que produza ou venda sementes ou mudas de cultivar registrado e protegido nos termos da presente Lei, sem autorização do detentor dos direitos, terá suspenso o seu registro como produtor ou comerciante de sementes e mudas, e sofrerá as penalidades e multas cabíveis.

Parágrafo primeiro — As penalidades e multas impostas ao transgressor não afetam o direito do detentor de registro do cultivar, de promover ação na Justiça Civil para obtenção de indenizações por danos diretos e indiretos causados pelo transgressor da presente Lei.

Parágrafo segundo — As penalidades e multas de que trata o presente artigo serão estabelecidas no Regulamento da

presente Lei.

Art. 19 — O Poder Executivo baixará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias e Regulamento e demais medidas complementares que se fizerem necessárias à execução da presente lei.

Art. 20 — A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### A FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA TOMOU SUA POSIÇÃO

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná fez a seguinte análise sobre a Lei de Proteção aos Cultivares encaminhada ao Congresso Nacional e que se encontra em tramitação nas comissões da Câmara Federal (Comissão de Agricultura).

"Estudando com carinho e atenção a minuta da referida Lei, refere-se sobre sementes e melhoria de sementes, criando inclusive, exclusividade e trustes de sementes. Cria inclusive uma figura de profissional Melhorista, com direitos na referida lei.

A supracitada Lei é fruto de adaptação copiada de legislação alienígena, escondendo sub-repticiamente interesses escusos de grupos, com fins de estrangular a base da nossa agricultura — a boa semente.

Essa Lei, segundo o bom senso, é lesiva aos interesses não só aos profissionais de Engenharia Agrônômica e a Engenharia Florestal, como também à agropecuária e a trabalhos florestais da nossa Pátria.

É de se admirar que os que a elaboraram, ignoram que sobre este problema de produção de sementes freneticamente puras (germoplasma), já existe legislação brasileira firmada, como abaixo expomos.

A Lei número 5.194, de 24/12/1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, no seu artigo 13 e no Capítulo II, artigo 17 e seguintes, assegura direitos profissionais e direitos de autoria.

Pelas resoluções números 184, de 29/08/1969 e 186, de 14/11/1969, fixam as atribuições profissionais do Engenheiro Agrônomo e do Engenheiro Florestal, respectivamente.

A do Engenheiro Agrônomo, diz no seu artigo 1º, inciso IV, tudo o que se refere a sementes. Na do Engenheiro Florestal, artigo 1º, inciso IV, cita tudo o que se refere a sementes florestais.

As Leis e os profissionais existem como se depara do acima exposto, o que falta é apenas Portarias regulamentadoras e Resoluções normativas de aplicações.

Parece-nos, salvo melhor juízo, que os responsáveis pela minuta de Lei, devem ser pessoas responsáveis, pois sabemos serem alguns técnicos assessores do Senhor Ministro da Agricultura, todos com cursos no Exterior. Conhecem as Leis de lá e fazem por ignorar as Leis do País de nascimento e até os direitos de sua profissão. Sabemos também que nem os produtores de sementes e nem as Cooperativas foram consultadas na elaboração da minuta da citada Lei.

Implicitamente a produção de sementes básicas se encontra no Capítulo II do I Plano Nacional de Desenvolvimento, página 55, e também no II Plano Nacional de Desenvolvimento, Estratégia Agropecuária, item 2, sub-item Expansão da Utilização de Insumos Modernos — (sementes, fertilizantes etc).

### O POSSÍVEL ENFRAQUECIMENTO DAS COOPERATIVAS

Segundo pesquisas que realizamos junto às lideranças agrícolas do Estado, a Lei de Proteção aos Cultivares não teria sido na sua fase de pré-minuta examinada pela classe produtora brasileira mas teria sido alcançada por setores interessados na promulgação da lei (produtores de sementes alienígenas como o Grupo Nikkerson, Cargill, Agrocere, Klein-Wanz-Leben).

Trata-se de legislação utilizado com sucesso nos EUA, Inglaterra, Alemanha etc. (países industrializados) com um per-



centual reduzido de população ativa, vivendo das lides do campo). Países industrializados de centro (modelo capitalista).

O Brasil, como país em vias de desenvolvimento, ainda ostenta 40 por cento da sua população vivendo no meio rural. Outrossim, pelas próprias características, de país periférico, dentro do mundo capitalista, dotado de modelo sócio-econômico ajustado às condições nacionais (monopólio do petróleo, e associação do Governo nos empreendimentos vitais à economia nacional), não deveria no caso de produção de sementes, adotar simplesmente, as regras do jogo dos países desenvolvidos, ficando totalmente mercê a vontade destes. Deveria, isto sim, conscientizar-se de sua posição privilegiada no tocante ao setor e impor as regras do jogo mais favoráveis aos interesses nacionais.

Caso promulgada a lei em pauta, as multinacionais, estarão levando nítida vantagem em termos competitivos, sobre a iniciativa privada nacional, interessada na defesa e promoção do produtor rural (principalmente das cooperativas, hoje, responsáveis pela Organização da Produção e coleta da produção, circunstância que confere ao produtor maior resistência na barganha por melhores preços, quando da compra dos insumos e da venda da matéria-prima.

As multinacionais objetivam uma amplitude, a maior possível, na oferta de insumos (sementes, defensivos, inseticidas, fungicidas, herbicidas à agricultura e vacinas e remédios à pecuária; adubos, silos, tratores e equipamentos) dentro de operações casadas, onde a semente será, por certo, o chamariz mais poderoso na formação da clientela.

Ocorre que tal tendência poderá reduzir o poder de barganha das cooperativas que não disporão das sementes das variedades de ofertas (de potencial produtivo maior — ou em lançamento) por tratar-se de propriedade dessas empresas, enfraquecendo conseqüentemente o vínculo entre o associado e a cooperativa, o que finalmente poderá levar a um afrouxamento da entrega de produção à cooperativa, ou condicioná-la a funcionar como simples armazém coletor das empresas multinacionais que operam na industrialização e exploração dessas matérias-primas.

#### A AGRICULTURA EVOLUIU SEM ESTA LEI

Para os técnicos, o maior erro na remessa deste projeto de lei ao Congresso Nacional está no paradoxo existente: o Brasil ostenta invejável posição internacional na produção de soja e trigo, culturas em evidência no momento, está evoluindo satisfatoriamente, sendo que em relação à soja, a produção no Paraná é superior à média americana e no trigo, apesar da defasagem da pesquisa, a produtividade no Paraná situou-se em 1974, em 1.456 kg/ha.

Está claro que as variedades em cultivo originaram-se de material processado basicamente nos Estados Unidos e México mas o fato é que na situação atual, o material estrangeiro pode ser comprado nos mercados internacionais a preço de mercado, sem implicações de pagamento de "royalties". A dificuldade para entrada de maiores partidas sempre existiu por parte do setor fitossanitário nacional, devido ao risco inerente a estas operações de importações concomitante de patógenos ou pragas não existentes no país. Mesmo no campo de bataticultura, o Brasil sempre importou material genético de classe superior, sem nunca pagar "royalties" aos produtores com a sua multiplicação.

#### O QUE ACONTECERÁ

Com a implantação da Lei de Proteção aos Cultivares, teremos o registro de material importado e conseqüentemente pagamento de "royalties", em decorrência de sua multiplicação pelo prazo estipulado na lei (de 15 a 25 anos).

#### O QUE FAZER

Caso não possa ser evitada a implantação da lei seria de todo conveniente a ativação da pesquisa a nível da iniciativa privada nacional, com a remoção dos obstáculos e óbices ainda colocados em seu caminho para viabilizá-la.

Seria desejável que o poder público se dedicasse com maior afinco à pesquisa pura, delegando o desenvolvimento da pesquisa aplicada, a estrutura privada nacional."

#### DECRETOS LEGISLATIVOS:

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 648/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9128, de 19 de setembro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, a EUMÊNIA DE OLIVEIRA, matrícula número 469, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 28 de outubro de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 649/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8869, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder a OLGA POPOVITCH, matrícula número 319, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, três (03) meses de licença especial em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 18 de dezembro de 1962 a 18 de dezembro de 1967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

##### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 650/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8879, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de IZABEL FREITAS, matrícula número 534, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 01 de agosto de 1973 a 01 de agosto de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1973, 1974 e 1976, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente; QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário; JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 651/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8870, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CELSO APPARECIDO DE CASTRO, matrícula número 144, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 01 de fevereiro de 1972 a 01 de fevereiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 652/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8873, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

retificar o Decreto Legislativo número 549/77, de 09 de agosto de 1977, de retificação de nome de OLGA MARIA ATHAYDE CAMARGO, matrícula número 295, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o seu nome é OLGA MARIA DA ROCHA ATHAYDE CAMARGO e não como consta daquele ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 653/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8932, de 13 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula número 491, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 654/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8534, de 30 de agosto de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

I — tornar sem efeito, "ex-officio", o Decreto Legislativo número 269/77, de 02 de maio de 1977, que mandou contar, novamente, por equívoco, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo

Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de CLARICE FROIS DE MIRANDA, matrícula número 547, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, eis que já haviam sido contadas através de Decreto Legislativo número 108/77, de 17 de março de 1977; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 25 de julho de 1972 e 25 de março de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias referentes aos anos de 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 655/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9102, de 16 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

retificar o nome da funcionária IBANEZA MENDES DOS SANTOS, matrícula número 122, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Oficial de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a fim de que dos assentamentos funcionais da servidora conste o seu nome como sendo IBANEZA SANTOS SALLES.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 656/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8887, de 12 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder, nos termos do Art. 248, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula número 183, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 01 de janeiro de 1973 a 07 de junho de 1977, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias de 1974 (15 dias), contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 657/77**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8652, de 01 de setembro de 1977, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ

ARY NASSIF, matrícula número 272, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 658/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8756, de 05 de setembro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula número 344, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de outubro de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA NÚMERO 741/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9824, de 05 de outubro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para 15 de dezembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria número 638/77, do funcionário contratado deste Poder, RENATO MÁRIO MIGUEL.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 742/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9774, de 05 de outubro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar o funcionário JOÃO ALBERTI ANDRETTA, matrícula número 476, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para secretariar os trabalhos da "Comissão Especial incumbida de apreciar as ocorrências relacionadas com a ação policial em Araucária".

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 743/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9748, de 04 de outubro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário JORGE MATHIAS JÚNIOR, matrícula número 072, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal

da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 744/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9918, de 06 de outubro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário WILSON RAMOS, matrícula número 137, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 745/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9941, de 06 de outubro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário VALDECIR NASSAR, matrícula número 412, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 746/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 6068, de 21 de junho de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula número 112, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 731/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9074, de 15 de setembro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

designar, JOSÉ NATÁLIO DE CASTRO E SILVA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado NILSO SGUAREZI, até 31 de dezembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 732/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9579, de 29 de setembro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS ARAÚJO, matrícula número 500, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de

Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 733/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9662, de 03 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE :**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário SÍLVIO SEBASTIANI, matrícula número 466, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 734/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9615, de 30 de setembro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE :**

revogar a pedido, a Portaria número 380/77, de 09 de maio de 1977, que autorizou MARLENE DA CRUZ VALE, ocupante do cargo em Comissão de símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Jurandir Messias, a prestar serviço extraordinário, a partir de 30 de setembro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 735/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9689, de 03 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE :**

designar, RENE VASCO GARCIA, matrícula número 429, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para representar esta Casa e organizar equipes para os jogos promovidos pela Associação dos Servidores Públicos do Paraná, no dia 11 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 736/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9682, de 03 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE :**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, da funcionária ARACY ZECH, matrícula número 192, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 737/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9798, de 05 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE :**

conceder, à funcionária GENIR DOS SANTOS FERNANDES, matrícula número 199, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 01 de outubro de 1977, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1977.

(aa) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 738/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9584, de 30 de setembro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE :**

transferir para 10 de novembro de 1977, as férias concedidas pela Portaria número 638/76, do funcionário contratado deste Poder, TADEU LUKA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 739/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9726, de 03 de outubro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE :**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula número 152, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de outubro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral